

Coordenador do Pólo Universitário acusado de desviar 45 milhões

16-Jul-2009

Eram precisamente 21h30 minutos do dia 2 de Junho de 2009 quando a Polícia de Instrução e Investigação das Actividades Económicas procedeu à detenção do coordenador do Pólo Universitário do Kwanza-Sul, Amílcar Inácio Evaristo, por, alegadamente, estar envolvido no desvio de fundos públicos, estimados em mais de 45 milhões e 600 mil kwanzas. A detenção de Amílcar Evaristo aconteceu pouco mais de duas horas antes da festa alusiva à cerimónia de outorga de certificados e diplomas ao 4º grupo de licenciados nas especialidades de psicologia, pedagogia, matemática, história, contabilidade e gestão, num total de 283 estudantes. O acto foi presidido pelo Reitor da Universidade Agostinho Neto, (UAN) João Teta, ante presença do representante do Secretário de Estado para o Ensino Superior e do governador da província, Serafim do Prado. Quem fez a denúncia foi Maria Camilo, funcionária daquela instituição do ensino superior colocada no departamento de recursos humanos. Entretanto, a denúncia custou-lhe caro, ao ponto de a acusadora ter sofrido uma suspensão de mais de seis meses, tendo sido reconduzida só muito recentemente, graças a sua acutilância em fazer valer o que emana a Lei Geral do Trabalho. O que é certo é que por força da revelação formulada, a polícia económica se desdobrou num árduo trabalho de investigação para apurar os factos, tendo concluído que houve de facto delapidação de dinheiro público pelo coordenador do Pólo Universitário. Informações chegadas a este semanário dão conta que, durante os anos de sua gestão, Amílcar Evaristo facilitou e apropriou-se ilegitimamente de valores monetários de salários indevidamente processados, de forma premeditada. De acordo com as mesmas fontes, Amílcar Evaristo orientava o processamento e duplicação de salários. Da vasta lista de salários em causa, consta, segundo nossas fontes, o nome do actual vice-governador para os serviços técnicos, Augusto Neto Sakongo, e do juiz do Tribunal Provincial, Milekamcne António, para só citar alguns. No plano da burla orquestrada, os beneficiários fantasmas tinham salários superiores aos 200 mil kwanzas e aos 400 mil kwanzas cada, quando na prática os supostos beneficiários não beneficiam dos dinheiros em causa. As nossas fontes referem, no entanto, que os alegados envolvidos já terão sido ouvidos pela polícia económica e declararam junto desta autoridade não ter recebido qualquer trancha atestada na referida folha salarial. O que é verdade é que as autoridades judiciais locais, usando das facultade que a lei lhes confere, pediram a comparência do acusado junto do tribunal para prestar declarações, ao que, paradoxalmente, Amílcar Evaristo simplesmente ignorou, não comparecendo nem na primeira, nem na segunda ou na terceira intimações. Dado este comportamento, a direcção da Polícia Económica solicitou ao Ministério das Finanças o envio de uma equipa de peritos do sector para que junto do Pólo Universitário trabalhassem para desvendar o caso. Fontes deste jornal disseram que os inquiridores das Finanças permaneceram na cidade do Sumbe para a auditoria por um período de nove dias sem, no entanto, terem sido recebidos por Amílcar Evaristo. Perante tal facto, e como se tratava de desobediência à Lei, as autoridades obtiveram junto da Procuradoria-geral da República local o competente mandato de captura contra o cidadão Amílcar Inácio Evaristo, tendo sido detido a 2 de Julho corrente. Fonte: A Capital, 11 de Julho de 2009